

MISSÃO ALFA

PREPARAÇÃO PREMIUM

MENTORIA

OAB



PONTO 40

www.oabponto40.com.br

MISSÃO ALFA - OAB PONTO 40

O FOCO É A APROVAÇÃO 40 = nota 10

SEMANA 1

Sumário

CRONOGRAMA	2
META 1 – Direito Constitucional	3
META 2 – Direito Administrativo	7
META 3 – Direito Tributário	9
META 4 – Processo Penal	12
META 5 – ÉTICA PROFISSIONAL	14

CRONOGRAMA

SEMANA 1					
META 1	META 2	META 3	META 4	META 5	META 6
CONSTITUCIONAL	ADMINISTRATIVO	TRIBUTÁRIO	PROCESSUAL PENAL	ÉTICA PROFISSIONAL	REVISÃO
LEI SECA	LEI SECA	LEI SECA	LEI SECA	LEI SECA	SIMULADO
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR	PRISÕES	LEI Nº 8.906/1994	
CONSTITUCIONAL	CONSTITUCIONAL	CONSTITUCIONAL	ADMINISTRATIVO	ADMINISTRATIVO	
JURIS	JURIS	JURIS	JURIS	JURIS	
CONSTITUCIONAL 2023/2022	CONSTITUCIONAL 2023/2022	CONSTITUCIONAL 2023/2022	ADMINISTRATIVO 2023/2022	ADMINISTRATIVO 2023/2022	

META 1 – Direito Constitucional

Tema do dia: Organização Político-Administrativa

% DE RELEVÂNCIA	17%
ARTIGOS REFERENTES AO TEMA	Artigo 18 a 36 da CF/88

INÍCIO DA META DO DIA	
AQUECIMENTO COM QUESTÕES	
Inicie o estudo resolvendo 5 questões do tema focado na OAB	
ARTIGOS DO TEMA JÁ COBRADOS	
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
ARTIGOS COM BASE EM INCIDÊNCIA NOS EXAMES DA OAB	
ART 18, caput	ART 22, XIV
ART 18, §2º	ART 22, XX
ART 18, §3º	ART 22, XXIV
ART 18, §4º	ART 22, XXVI
ART 19, I	ART 22, XXIX
ART 20, II	ART 22, p. único
ART 20, III	ART 23, I
ART 20, IV	ART 23, II
ART 20, VIII	ART 23, VII
ART 20, X	ART 23, XII
ART 20, XI	ART 24, caput
ART 20, §1º	ART 24, I
ART 21, III	ART 24, V
ART 21, IV	ART 24, VI
ART 21, VI	ART 24, VII
ART 21, IX	ART 24, VIII
ART 21, XI	ART 24, IX
ART 21, XII, e	ART 24, XII
ART 21, XIII	ART 24, §1º, § 2º, § 3º, § 4º
ART 22, II	ART 25, caput
ART 22, IV	ART 29, caput
ART 22, V	ART 29, IV
ART 22, VI	ART 29, V
ART 22, VII	ART 29, VII
ART 22, X	ART 29, IX
ART 22, XI	ART 29, XIII

ART 22, XII	ART 30 ART 31, §4º ART 32 ART 33 ART 34 ART 35 ART 36
-------------	---

SÚMULAS JÁ COBRADAS

Súmula vinculante 2: É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

Súmula vinculante 21: É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Súmula Vinculante 38: É competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

Súmula vinculante 42: É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

Súmula Vinculante 46: A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.

Súmula vinculante 55: O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

Súmula 637 do STF: Não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município.

Súmula 645 do STF: É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial. O entendimento acima continua válido, mas foi aprovada a súmula vinculante 38 com o mesmo teor.

Súmula 646 do STF: Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

Súmula 702 do STF: A competência do Tribunal de Justiça para julgar Prefeitos restringe-se aos crimes de competência da Justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.

Súmula 722 do STF: São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento. O entendimento acima continua válido, mas foi aprovada a súmula vinculante 46 com praticamente o mesmo teor.

Súmula 19 do STJ: A fixação do horário bancário, para atendimento ao público, é da competência da União.

Súmula 209 do STJ: Compete à justiça estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal

QUESTÃO OAB

(FGV - 2022 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXV) Diante do desafio de promover maior proteção às florestas, à fauna e à flora, reiteradamente atingidas por incêndios e desmatamentos, organizações não-governamentais resolvem provocar o Poder Público, a fim de que sejam adotadas providências concretas para manutenção do equilíbrio climático. Porém, sem saber quais os entes federativos que seriam constitucionalmente competentes para agir na direção almejada, buscam maiores esclarecimentos com competente advogado(a).

No âmbito da competência comum estabelecida pela Constituição Federal de 1988, assinale a opção que apresenta a orientação recebida.

Alternativas

A A União deve atuar legislando privativamente a respeito da referida proteção, sendo que, aos demais entes federativos, restará tão somente cumprir as normas editadas pela União, sem que possam suplementá-la.

B A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são todos competentes para promover a referida proteção, sendo os termos dessa cooperação fixados em legislação primária produzida pelo Congresso Nacional, com quórum de aprovação de maioria absoluta.

C A União e os Estados dividirão, com exclusividade, as responsabilidades inerentes à produção das normas e à atuação administrativa, tendo por pressuposto o fato de ter o constituinte originário brasileiro, na Constituição de 1988, adotado uma típica federação de 2º grau.

D A referida proteção é uma tarefa precípua da União, podendo o Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais, se considerar conveniente, delegar tarefas específicas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Comentários:

*Art. 23. É competência **comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

*Parágrafo único. **Leis complementares** fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.*

META 2 – Direito Administrativo

Tema do dia: Improbidade Administrativa

% DE RELEVÂNCIA	16%
ARTIGOS REFERENTES AO TEMA	Artigos 1 a 25 da Lei 8.429/92

INÍCIO DA META DO DIA	
AQUECIMENTO COM QUESTÕES	
Inicie o estudo resolvendo 5 questões do tema focado na OAB	
ARTIGOS DO TEMA JÁ COBRADOS	
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
ARTIGOS COM BASE EM INCIDÊNCIA NOS EXAMES DA OAB	
ART 37, § 4º	ART 37, § 5º
LEI nº 8429/1992 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA)	
ARTIGOS COM BASE EM INCIDÊNCIA NOS EXAMES DA OAB	
ART 1º, § 1º ART 1º, § 2º ART 1º, § 4º ART 1º, § 6º ART 2º ART 3º ART 7º ART 8º ART 9º, caput ART 9º, II ART 9º, III ART 9º, IV ART 9º, V ART 9º, IX (+) ART 9º, X ART 10, caput ART 10, VI ART 10, VII ART 10, VIII (+) ART 10, XI ART 11, caput	ART 11, IV ART 11, V ART 11, VI ART 12, I ART 12, II ART 12, III Art. 13 ART 15, p. único ART 16, caput ART 17, § 6º, incisos ART 17, § 7º ART 17, § 11 ART 17, § 16 ART 17, § 19, incisos ART 17-C, § 3º ART 19, caput ART 21, II ART 21, § 3º ART 23

QUESTÃO OAB

(FGV - 2023 - OAB - Exame da Ordem Unificado XXXVII - Primeira Fase)

Fernanda foi aprovada em primeiro lugar em concurso público para o cargo de Auditor Fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado Alfa. Ao ser convocada para investidura no cargo público, o departamento de recursos humanos da secretaria solicitou a Fernanda, entre outros documentos, cópia da sua última declaração de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Com receio de ver violada sua privacidade e informações resguardadas pelo sigilo fiscal, Fernanda procurou você, como advogado(a), indagando sobre a obrigatoriedade da entrega da mencionada declaração.

Com base na atual redação da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a opção que apresenta seu esclarecimento.

Alternativas

A A posse e o exercício do cargo ficam condicionados à apresentação da citada declaração de imposto sobre a renda, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

B A nomeação e a posse não ficam condicionadas à apresentação da citada declaração de imposto sobre a renda, mas seus vencimentos apenas serão pagos com a entrega do documento.

C A nomeação, a posse e o exercício do cargo ficam condicionados à apresentação da citada declaração de imposto sobre a renda, mediante prévia quebra de sigilo fiscal por ordem judicial.

D A nomeação, a posse e o exercício do cargo não ficam condicionados à apresentação da citada declaração de imposto sobre a renda, mas Fernanda responderá por ato de improbidade administrativa se não entregar o documento em 30 (trinta) dias após a posse..

Comentários:

Nos termos do art. 13, caput da Lei 8.429/92:

*"Art. 13. **A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda** e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente".*

META 3 – Direito Tributário

Tema do dia: Limitações ao Poder de Tributar

% DE RELEVÂNCIA	11%
ARTIGOS REFERENTES AO TEMA	Artigos 145 a 152 da CF/88

INÍCIO DA META DO DIA	
AQUECIMENTO COM QUESTÕES	
Inicie o estudo resolvendo 5 questões do tema focado na OAB	
ARTIGOS DO TEMA JÁ COBRADOS	
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
ARTIGOS COM BASE EM INCIDÊNCIA NOS EXAMES DA OAB	
ART 145, I, II, III ART 145, § 1º ART 146, III, a, b, c, d ART 148 ART 149, § 1º ART 150, I, II ART 150, III, a ART 150, III, b ART 150, III, c ART 150, IV ART 150, V ART 150, VI	ART 150, VI, b ART 150, VI, d ART 150, VI, e ART 150, §1º ART 150, § 2º ART 150, § 3º ART 150, § 4º ART 150, § 6º ART 151, I ART 151, II ART 151, III ART 152
CTN	
ARTIGOS COM BASE EM INCIDÊNCIA NOS EXAMES DA OAB	
ART 14 ART 18-A ART 106	ART 111 ART 118, I, II ART 97 (+)
SÚMULAS JÁ COBRADAS	
Súmula vinculante 50: Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.	

Súmula Vinculante 52: Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

Súmula vinculante 57: A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), ainda que possuam funcionalidades acessórias.

Súmula 66 do STF. É legítima a cobrança do tributo que houver sido aumentado após o orçamento, mas antes do início do respectivo exercício financeiro.

Súmula 69 do STF: A Constituição Estadual não pode estabelecer limite para o aumento de tributos municipais.

Súmula 75 do STF: Sendo vendedora uma autarquia, a sua imunidade fiscal não compreende o imposto de transmissão "inter vivos", que é encargo do comprador.

Súmula 589 do STF: É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial urbano em função do número de imóveis do contribuinte.

Súmula 656 do STF: É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis – ITBI com base no valor venal do imóvel.

Súmula 659 do STF: É legítima a cobrança da COFINS, do PIS e do FINSOCIAL sobre as operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

Súmula 730 do STF: A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, c, da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

QUESTÃO OAB

(FGV - 2023 - OAB - Exame da Ordem Unificado XXXVIII - Primeira Fase) O Estado Alfa alterou, por meio de lei, a contribuição social para custeio do regime próprio de previdência social, cobrada dos seus servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

José e Márcio são servidores públicos do mesmo órgão estadual, ganhando cada um, respectivamente, a remuneração mensal de 15 mil reais e 10 mil reais. José, ao notar que a alíquota incidente sobre sua remuneração era de 16,5%, ao passo que para Márcio a alíquota era de 14,5%, ficou indignado e, em relação a essa situação diferenciada, resolve contratar você, como advogado(a), para um eventual questionamento judicial.

A respeito da posição de José, assinale a afirmativa correta.

Alternativas

A Nenhum tributo incidente sobre a renda ou proventos poderá ter alíquotas progressivas, sob pena de violar a capacidade contributiva.

B É vedada a adoção de alíquotas progressivas para esta espécie de contribuição social, em respeito ao princípio da capacidade contributiva.

C A progressividade tributária deve ser obrigatoriamente adotada para todos os tributos estaduais, nos termos da CRFB/88, garantindo-se efetividade ao princípio da capacidade contributiva.

D Esta espécie de contribuição social poderá ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição.

Comentários:

CF/88

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

META 4 – Processo Penal

Tema do dia: Prisões e Liberdade Provisória

% DE RELEVÂNCIA	37%
ARTIGOS REFERENTES AO TEMA	Artigo 282 a 350 do CPP

INÍCIO DA META DO DIA	
AQUECIMENTO COM QUESTÕES	
Inicie o estudo resolvendo 5 questões do tema focado na OAB	
ARTIGOS DO TEMA JÁ COBRADOS	
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
ARTIGOS COM BASE EM INCIDÊNCIA NOS EXAMES DA OAB	
ART 92 ART 93 ART 282 ART 282, § 4º ART 282, § 6º ART 292 ART 295 ART 301 ART 302 ART 304 ART 306 ART 306, § 1º ART 306, § 2º ART 310 ART 310, I ART 310, II ART 310, III ART 310, p. único ART 311 ART 312 ART 313	ART 315 ART 315, § 2º ART 318, I ART 318, II ART 318, III ART 318 IV ART 318, VI ART 318, p. único ART 321 ART 322 ART 324, IV ART 326 ART 333 ART 366 ART 387
LEI nº 7.960/1989 (LEI DE PRISÃO TEMPORÁRIA)	
ARTIGOS COM BASE EM INCIDÊNCIA NOS EXAMES DA OAB	
ART 1º	ART 2º
SÚMULAS JÁ COBRADAS	

Súmula vinculante 11: Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do estado.

Súmula 145 do STF: Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

Súmula 707 do STF: Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contra-razões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.

QUESTÃO OAB

Vitor respondia ação penal pela suposta prática do crime de ameaça (pena: 01 a 06 meses de detenção ou multa) contra sua ex-companheira Luiza, existindo medida protetiva em favor da vítima proibindo o acusado de se aproximar dela, a uma distância inferior a 100m.

Mesmo intimado da medida protetiva de urgência, Vitor se aproximou de Luiza e tentou manter com ela contato, razão pela qual a vítima, temendo por sua integridade física, procurou você, como advogado(a), e narrou o ocorrido. Nessa ocasião, Luiza esclareceu que, após a denúncia do crime de ameaça, Vitor veio a ser condenado, definitivamente, pela prática do delito de uso de documento falso por fatos que teriam ocorrido antes mesmo da infração penal cometida no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Com base nas informações expostas, você, como advogado(a) de Luiza, deverá esclarecer à sua cliente que

Alternativas

A não poderá ser decretada a prisão de Vitor, pois não há situação de flagrância.

B não poderá ser decretada a prisão preventiva de Vitor, pois o crime de ameaça tem pena inferior a 04 anos e ele é tecnicamente primário.

C poderá ser decretada a prisão preventiva de Vitor, pois, apesar de o crime de ameaça ter pena máxima inferior a 04 anos, o autor do fato é reincidente.

D poderá ser decretada a prisão preventiva de Vitor, mesmo sendo tecnicamente primário, tendo em vista a existência de medida protetiva de urgência anterior descumprida.

Comentários:

A atitude de Victor violou medida cautelar diversa (art. 282, § 4º, CPP), e praticou crime de violência doméstica e familiar contra a mulher (art. 313, inciso III, CPP), sendo necessária a decretação de prisão preventiva (art. 313, inciso III, CPP).

META 5 – ÉTICA PROFISSIONAL

Tema do dia: LEI N° 8.906/1994